

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO TRIMESTRAL

Órgão: Prefeitura Municipal de Campo do Brito

Gestor: MANOEL MEDICI DE SOUSA

Período: 01 de janeiro a 31 de março de 2025

Em cumprimento as determinações legais, e em observância ao que dispõe a Resolução TC nº 206 de 1º de novembro de 2001, o Controle Interno deste Município, criada através da Lei nº 12/2001 de 11 de dezembro de 2001, realizou análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial do órgão supramencionado, correspondente ao **1º trimestre** do corrente exercício, cujos resultados relatamos abaixo:

1 – PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

O Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022/2025 foi aprovado pela Lei Municipal nº 476/2021 de 24 setembro de 2021.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2025 foi aprovada através da Lei Municipal nº 544/2024 de 06 de maio de 2024, e encontra-se compatível com as disposições constantes no Plano Plurianual.

A Lei Orçamentária Anual, aprovada pela Lei Municipal nº 558/2024 de 16 de setembro de 2024, estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais)**, assim distribuídos:

Receitas Correntes	95.020.840,00
Receitas de Capital	470.000,00
Dedução do FUNDEB	-9.490.840,00
TOTAL	86.000.000,00
Despesas Correntes	78.906.308,79
Despesas de Capital	6.793.691,21
Reserva de Contingencia	300.000,00
TOTAL	86.000.000,00

2 – RECEITA E TESOURARIA:

2.1 – RECEITA ARRECADADA

O quadro abaixo destaca os valores arrecadados, sendo que as transferências correntes foram as de maior destaque:

FONTES DE RECEITA	PREVISÃO ANUAL	ARRECADADA	
		1º PERÍODO	ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES	95.020.840,00	22.966.022,41	22.966.022,41
Receita Tributária	7.457.840,00	2.006.262,77	2.006.262,77
Receita de Contribuições	2.621.000,00	597.195,43	597.195,43
Receita Patrimonial	808.000,00	498.133,28	498.133,28
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	84.114.000,00	19.864.430,93	19.864.430,93
Outras Receitas Correntes	20.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	470.000,00	358.895,13	358.895,13
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	470.000,00	358.895,13	358.895,13
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
Dedução do FUNDEB	-9.490.840,00	-2.350.162,43	-2.350.162,43
Restituição-Receitas Correntes	0,00	-2.289,39	-2.289,39
TOTAL	86.000.000,00	20.972.465,72	20.972.465,72

2.2 – DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS

As disponibilidades financeiras da Administração Direta, registradas na contabilidade do Poder Executivo em **31/03/2025**, importavam em **R\$ 17.696.215,44 (dezessete milhões, seiscentos e noventa e seis mil, duzentos e quinze reais, quarenta e quatro centavos)**, assim distribuídas:

DESCRIÇÃO	PM	FMS	FMAS	SUB-TOTAL	CÂMARA	TOTAL
Saldo de Bancos	13.264.929,04	4.209.923,53	210.416,86	17.685.269,43	204.376,04	17.889.645,47
Saldo Contábil	13.273.522,30	4.211.867,28	210.825,86	17.696.215,44	204.376,04	17.900.591,48
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Os saldos das contas acima foram conferidos individualmente através dos registros analíticos existentes na contabilidade.

As diferenças entre os saldos registrados na contabilidade e aqueles existentes nos extratos bancários encontram-se devidamente informadas através das conciliações bancárias.

3 – DESPESA

3.1 – DESPESAS EMPENHADAS / LIQUIDADAS / PAGAS

Segue abaixo um resumo da execução da despesa orçamentária da Administração Direta e Legislativo:

TIPO/ORGÃO	PREFEITURA	SAÚDE	ASSISTÊNCIA	CÂMARA	TOTAL
ORÇADO	57.646.810,02	20.320.740,00	4.827.377,50	3.205.072,48	86.000.000,00
EMPENHADO	50.232.735,95	14.781.488,12	3.406.762,80	2.783.517,11	71.204.503,98
LIQUIDADO	15.103.014,61	3.927.430,42	772.369,13	693.646,30	20.496.460,46
PAGO	14.859.117,91	3.797.362,66	742.113,94	693.646,30	20.092.240,81
SALDOS					
A EMPENHAR	7.414.074,07	5.539.251,88	1.420.614,70	421.555,37	14.795.496,02
A LIQUIDAR	35.129.721,34	10.854.057,70	2.634.393,67	2.089.870,81	50.708.043,52
A PAGAR	243.896,70	130.067,76	30.255,19	0,00	404.219,65
UTILIZAÇÃO					
% ORÇAMENTO	87,14%	72,74%	70,57%	86,85%	82,80%

3.2 – DOAÇÕES

No período em exame, considerando a despesa efetivamente liquidada, observa-se que a Administração pública de Campo do Brito aplicou recursos da ordem de **R\$ 44.876,46 (quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais, quarenta e seis centavos)** com doações a pessoas carentes, assim distribuídos:

ACUMULADO ATÉ O PERÍODO ATUAL			
DESPESAS	NATUREZA	1º TRIMESTRE	ACUMULADO
Outros Auxílios Financeiros	33.90.48.00	21.099,20	21.099,20
Material de Distribuição Gratuita	33.90.32.00	23.777,26	23.777,26
TOTAL		44.876,46	44.876,46

1º TRIMESTRE 2024					
DESPESA	PMCB	FMS	FMAS	CÂMARA	TOTAL
Outros Auxílios Financeiros	0,00	2.099,20	19.000,00	0,00	21.099,20
Material de Distribuição Gratuita	0,00	0,00	23.777,26	0,00	23.777,26
TOTAL	0,00	2.099,20	42.777,26	0,00	44.876,46

3.3 – DIÁRIAS E PASSAGENS

No período atual foram concedidas diárias a servidores e agentes públicos da Prefeitura e seus Fundos no valor de **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**, conforme tabela abaixo. Estas diárias vêm sendo pagas com base nos valores fixados na Lei nº 445/2019, de 23 de setembro de 2019.

Também no mesmo período foram concedidas **R\$ 2.059,64 (dois mil, cinquenta e nove reais, sessenta e quatro centavos)** em passagens para servidores públicos.

DIARIAS		
ORGÃO	PERIODOS	
	1º PERIODO	ACUMULADO
Prefeitura Municipal	800,00	800,00
Fundo Municipal de Saúde	-	-
Fundo Municipal de Assistência Social	-	-
SUB-TOTAL	800,00	800,00
Câmara Municipal	34.500,00	34.500,00
TOTAL	35.300,00	35.300,00

PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		
ORGÃO	PERIODOS	
	1º PERIODO	ACUMULADO
Prefeitura Municipal	-	-
Fundo Municipal de Saúde	-	-
Fundo Municipal de Assistência Social	2.059,64	2.059,64
Câmara Municipal	-	-
TOTAL	2.059,64	2.059,64

3.4 – SUBVENÇÕES

No período analisado não foram concedidas subvenções.

ORGÃO	PERIODOS	
	1º PERIODO	ACUMULADO
Prefeitura Municipal	-	-
Fundo Municipal de Saúde	-	-
Fundo Municipal de Assistência Social	-	-
Câmara Municipal	-	-
TOTAL	-	-

3.5 – PATRIMÔNIO

O patrimônio do Município é controlado por sistema informatizado, estando todos os bens devidamente registrados.

No período em análise foram gastos com patrimônio e materiais de consumo os valores abaixo discriminados:

ITEM	LIQUIDADO/PERÍODO	ACUMULADO PERÍODOS
	1º PERÍODO	
Material de Consumo	935.454,18	935.454,18
Obras e Instalações	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	29.227,00	29.227,00
TOTAL	964.681,18	964.681,18

1º PERÍODO					
ITENS/ORGÃO	NATUREZA	PM	FMS	FMAS	CÂMARA
Material de Consumo	33.90.30.00	573.901,42	332.190,67	22.953,19	6.408,90
Obras e Instalações	44.90.51.00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos e Material Permanente	44.90.52.00	0,00	0,00	29.227,00	0,00
TOTAL		573.901,42	332.190,67	52.180,19	6.408,90

3.6 – CONIVALES

No **1º período de 2025** foram repassados e liquidados o montante de **R\$ 186.161,94 (cento e oitenta e seis mil, cento e sessenta e um reais, noventa e quatro centavos)**, à CONIVALES, para aquisição de Medicamentos, Materiais Hospitalares, Gêneros Alimentícios e Serviços Médicos em geral, conforme convenio e lei que a autoriza. Abaixo tabela com gastos por período:

ITEM	LIQUIDADO/PERÍODO	ACUMULADO PERÍODOS
	1º PERÍODO	
Material de Consumo	186.161,94	186.161,94
Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	0,00
TOTAL	186.161,94	186.161,94

1º PERÍODO				
ITENS/ORGÃO	NATUREZA	PM	FMS	TOTAL
Material de Consumo	33.94.30.00	55.233,06	130.928,88	186.161,94
Serviço de Terceiros - Pessoa Jurídica	33.94.39.00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		55.233,06		186.161,94

3.7 – PREMIAÇÕES

No **1º período de 2025** foram repassados valores na ordem **R\$ 12.200,00** (doze mil, duzentos reais) à título de premiações e incentivos, conforme convenio e lei que a autoriza. Abaixo tabela com gastos por período:

ORGÃO	PERIODOS	
	1º PERIODO	ACUMULADO
Prefeitura Municipal	12.200,00	12.200,00
Fundo Municipal de Saúde	-	-
Fundo Municipal de Assistência Social	-	-
Câmara Municipal	-	-
TOTAL	12.200,00	12.200,00

4 – LIMITES LEGAIS E GESTÃO FISCAL

4.1 – SUBSÍDIOS

Os subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários para o período de 2025 a 2028 foram fixados através da Lei nº 541/2024 de 06 de março de 2024, e estão assim discriminados:

ITEM	VALOR FIXADO	VALOR PAGO
Prefeito	37.485,80	37.485,80
Vice-Prefeito	24.990,53	24.990,53
Secretários	9.371,45	9.371,45
Vereadores	9.371,45	9.371,45

4.2 – DUODÉCIMOS DO PODER LEGISLATIVO

O total do valor a ser repassado em 2025 para o Poder Legislativo, conforme determinado pelo art. 29-A da Constituição Federal é de **R\$ 3.535.373,35 (três milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, trezentos e setenta e três reais, trinta e cinco centavos)**, conforme planilha seguinte, e que até o período em análise já foi transferido o montante de **R\$ 883.843,35 (oitocentos e oitenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais, trinta e cinco centavos)**, estando, portanto, dentro do limite definido pela Carta Magna.

GASTOS COM O PODER LEGISLATIVO		
Receita de impostos e transferências em 2024		50.505.333,57
Valor máximo a ser repassado em 2025	7%	3.535.373,35
Valor repassado até este período		883.843,35
Saldo a repassar nos meses seguintes		2.651.530,00

4.3 – CRÉDITOS ADICIONAIS

4.3.1 - ADICIONAIS

Foram abertos créditos adicionais de SUPLEMENTAÇÃO no montante de **R\$ 68.800.000,00 (sessenta e oito milhões, oitocentos mil reais)**, conforme LOA nº 558/2024 de 16/09/2024 com suplementação pré-autorizada. Até o período em análise já foi utilizado **R\$ 23.171.106,93 (vinte e três milhões, cento e setenta e um mil, cento e seis reais, noventa e três centavos)**, restando **R\$ 45.628.893,07 (quarenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e noventa e três reais, sete centavos)**.

LIMITE DE SUPLEMENTAÇÃO		
Valor do Orçamento para 2025		86.000.000,00
(+) Superávit Financeiro		0,00
(+) Excesso de Arrecadação		0,00
Valor do Orçamento Atualizado		86.000.000,00
LOA nº558 de 16/09/2024, suplementação autorizada	80,00%	68.800.000,00
Valor Total autorizado para suplementação		68.800.000,00
Suplementação utilizado até o período (Anulação próprio órgão)		23.171.106,93
Valor de suplementação a ser utilizada		45.628.893,07
PERCENTUAL UTILIZADO		33,68%

4.4 – GASTOS COM ENSINO

4.4.1 – APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

GASTOS COM MDE (Resolução TCE/SE 243)		
Receita de impostos e transferências		13.665.196,70
Mínimo a ser repassado	25%	3.416.299,18
Total Aplicado na Educação - MDE (Liquidado)		883.305,26
Dedução do Fundeb		2.350.162,43
Restos a Pagar não processado sem disponibilidade de Recursos		-
Valor Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.233.467,69
Percentual aplicado		23,66%
Déficit	-1,34%	-182.831,48
Saldo disponível das contas do MDE		439,51

4.4.2 – FUNDEB

GASTOS COM FUNDEB – 70%		
Receita do Fundeb		4.803.773,87
Rendimentos do FUNDEB		13.482,69
Receita do VAAT		704.999,50
Receita do VAAR		164.422,79
Total dos Recursos do Fundeb		5.686.678,85
Total das Despesas do Fundeb com Profissionais da Educação Básica	70,00%	4.796.791,87
Total das demais despesas com FUNDEB, VAAT, VAAR	30,00%	617.408,10
Total das Despesas com Recursos do Fundeb (Despesas Liquidadas)		5.414.199,97
Percentual de Aplicação com Remuneração dos Profissionais da Educação	70,00%	84,35%
Percentual total de Aplicação com o FUNDEB (LRF)	100,00%	95,21%
Superávit	14,35%	816.116,68
Saldo disponível das contas do FUNDEB		1.087.697,25

RECEITA DO FUNDEB NÃO APLICADA NO PERÍODO (Máximo 10%)		
Valor máximo permitido do total da receita não aplicada	10,00%	568.667,89
Valor não aplicado		252.014,19
Percentual não aplicado		4,43%

4.4.3 – VAAT/VAAR

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO VAAT / VAAR		
Receitas do FUNDEB - VAAT		704.999,50
Receitas do FUNDEB - VAAR		164.422,79
Despesas aplicadas com Investimento	0,00%	0,00
Demais despesas aplicadas na educação infantil	0,00%	0,00
Total das despesas aplicadas na Educação Infantil		0,00

4.5 – GASTOS COM A SAÚDE

GASTOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE		
Receita de Impostos e Transferências		13.665.196,70
Mínimo a ser repassado	15,00%	2.049.779,51
Valor Aplicado em Ações e Serviços de Saúde		1.808.759,99
Déficit		- 241.019,52
Valor total aplicado na Saúde (Despesas Liquidadas)		1.777.555,89
Percentual aplicado		13,01%
Valor total aplicado na Saúde (Despesas Pagas)		1.717.844,14
Percentual aplicado		12,57%

Saldo disponível das contas da Saúde recursos próprio		152.076,47
Valor de restos a pagar pagos com contas da Saúde RP		77.714,08
Déficit	Pago	-331.935,37

4.6 – DESPESAS TOTAL COM PESSOAL

A despesa total com pessoal de janeiro a dezembro de 2024, apurada de acordo com o disposto no art. 18, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), excedeu o limite legal de 54%, atingindo 60,33%. Este excesso foi devido a uma série de fatores, incluindo a necessidade de contratação de professores de educação infantil e assistentes educacionais, após a eliminação de todas as classes multi-seriadas e a criação de turmas de período integral em 2024.

No entanto, é importante notar que, no período de janeiro a março de 2025, houve uma redução não muito significativa neste índice, que caiu para 60,19%, tendo em vista os reajustes salariais dos servidores e que mesmo com o reajuste o índice foi menor que o registrado em dezembro de 2024. Esta redução é resultado dos esforços concertados da administração, do secretariado, da procuradoria e do controle interno para reequilibrar as finanças do município.

Diversas medidas foram implementadas para alcançar este objetivo. Por exemplo, foram realizadas consultas ao sistema da Previdência Social para identificar servidores aposentados que continuam trabalhando. Além disso, foram convocados novos servidores do concurso público para diversas áreas, com o objetivo de substituir os servidores que ocupavam cargos sobre o regime de contratos. Também a administração vai exonerar nos próximos meses os servidores que já se encontram aposentados e continuam a ocupar cargos do mesmo vínculo e essa medida permitirá a contratação de novos servidores com salários iniciais mais baixos, contribuindo para a redução dos gastos com pessoal.

Além disso, o controle interno realizou um levantamento completo de todas as gratificações e vantagens percebidas pelos servidores, buscando soluções que não afetem drasticamente a dignidade pessoal dos servidores afetados. Estas e outras medidas serão discutidas ao longo de 2025, com o objetivo de garantir que o índice de gastos com pessoal volte a estar dentro dos limites legais.

Os detalhes dos valores da Receita Corrente Líquida e da Despesa com Pessoal estão apresentados nos demonstrativos abaixo, cujos dados foram obtidos através de relatórios fornecidos pela contabilidade desta prefeitura e pelo sistema informatizado de gestão. A administração está comprometida em manter a transparência e a responsabilidade fiscal, e continuará a trabalhar para garantir a saúde financeira do município.

CÁLCULO COM PESSOAL (LRF E RESOLUÇÃO 320 E DECISÃO TCE/SE 16.779 EM 2025)	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	20.258.358,59
(-) Imposto de Renda	0,00
RCL sem Imposto de Renda	20.258.358,59
DESPESA BRUTA COM PESSOAL	13.313.314,16
(-) Sentenças Judiciais	-667.450,85
(-) Despesa Exercício Anterior	0,00
(-) Indenizações e Restituições Trabalhistas	0,00
(-) Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias	-345.212,00
(-) Enfermagem	-107.925,57
DESPESA COM PESSOAL LIQUIDA (LRF)	12.192.725,74
PERCENTUAL APLICADO (%) (LRF)	60,19%
(-) Despesa com Pessoal dos Programas da Saúde	0,00
(-) Despesa com Pessoal dos Programas da Assistência Social	0,00
(-) Imposto de Renda	0,00
DESPESA COM PESSOAL LIQUIDA (RESOLUÇÃO TCE/SE)	12.192.725,74
PERCENTUAL APLICADO (%) (RESOLUÇÃO 320 TCE/SE)	60,19%

VALOR E PERCENTUAL DA FOLHA ACIMA/ABAIXO DO PERMITIDO
PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO 2025

(RESOLUÇÃO TCE/SE)		
Percentual Máximo Permitido		54,00%
Percentual	Acima	6,19%

(LRF)		
Percentual Máximo Permitido		54,00%
Percentual	Acima	6,19%

CÁLCULO COM PESSOAL
(LRF E RESOLUÇÃO 320 E DECISÃO TCE/SE 16.779)

ÚLTIMOS 12 MESES (RESOLUÇÃO 320 TCE/SE)		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA		84.982.266,06
DESPESA COM PESSOAL		49.349.147,00
Percentual Aplicado		58,07%
Percentual Máximo Permitido		54,00%
Percentual	Acima	4,07%

ÚLTIMOS 12 MESES (LRF)		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA		84.982.266,06
DESPESA COM PESSOAL		51.237.883,06
Percentual Aplicado		60,29%
Percentual Máximo Permitido		54,00%
Percentual	Acima	6,29%
VALORES EM REAIS		5.347.459,39

5 – RESTOS A PAGAR

SALDO A PAGAR DE RESTOS - ANOS ANTERIORES				
TIPO	PMCB	FMS	FMAS	TOTAL A PAGAR
NÃO PROCESSADOS	2.020.794,90	1.361.183,63	558.697,75	3.940.676,28
PROCESSADOS	155.264,98	21.446,80	24.458,52	201.170,30
TOTAL	2.176.059,88	1.382.630,43	583.156,27	4.141.846,58

6 – PROCESSOS LICITATÓRIOS E SUAS DISPENSAS/INEXIGIBILIDADES

Até o período auditado foram celebrados **42 (quarenta e dois) Processos Licitatórios**, sendo: **2** (duas) Concorrência Pública, **21** (vinte e uma) Inexigibilidades, **13** (treze) Pregões Eletrônicos, **5** (cinco) Dispensas Eletrônicas e **1** (uma) Chamada Pública. Todos os processos licitatórios colocados à disposição desta secretaria foram analisados.

7 – CONTRATOS, CONVÊNIOS E ADITIVOS

Até o período auditado foram celebrados **185 (trezentos e dois) Contratos**, sendo **80** (oitenta) contratos pela Prefeitura Municipal, **36** (trinta e seis) contratos pelo Fundo Municipal de Assistência Social e **69** (sessenta e nove) pelo Fundo Municipal de Saúde. Todos os contratos colocados à disposição desta secretaria foram analisados, e encontram-se de acordo com o art. 89 e art. 113, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8 – CONCLUSÃO

A análise dos documentos postos à nossa disposição, referentes ao período de **janeiro a março de 2025**, teve o objetivo de verificar a legalidade das transações operacionais, de forma a nos permitir um conhecimento geral do funcionamento deste Poder, exercendo função específica de fiscalização quanto ao cumprimento da Lei Federal nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, Normas Orçamentárias, Contábeis, Financeiras e Patrimoniais. O presente relatório tem ainda o objetivo de servir de suporte e apoio ao Controle Externo no cumprimento de sua missão institucional, bem como, avaliar a legitimidade e eficiência dos atos da execução orçamentária de forma prévia e concomitante, com isso concluímos que os procedimentos adotados pelo órgão, referente ao período em questão, encontram-se de acordo com as normas vigentes.

Salientamos que na análise dos documentos referentes ao primeiro trimestre de 2025, foi verificado que despesa total com pessoal de janeiro a dezembro de 2024, excedeu o

limite legal de 54%, atingindo 60,33%. Este excesso foi devido a uma série de fatores, incluindo a necessidade de contratação de professores de educação infantil e assistentes educacionais, após a eliminação de todas as classes multi-seriadas e a criação de turmas de período integral em 2024.

No entanto, é importante notar que, no período de janeiro a março de 2025, houve uma redução não muito significativa neste índice, que caiu para 60,19%, tendo em vista os reajustes salariais dos servidores e que mesmo com o reajuste o índice foi menor que o registrado em dezembro de 2024. Esta redução é resultado dos esforços concertados da administração, do secretariado, da procuradoria e do controle interno para reequilibrar as finanças do município.

Diversas medidas foram implementadas para alcançar este objetivo. Por exemplo, foram realizadas consultas ao sistema da Previdência Social para identificar servidores aposentados que continuam trabalhando. Além disso, foram convocados novos servidores do concurso público para diversas áreas, com o objetivo de substituir os servidores que ocupavam cargos sobre o regime de contratos. Também a administração vai exonerar nos próximos meses os servidores que já se encontram aposentados e continuam a ocupar cargos do mesmo vínculo e essa medida permitirá a contratação de novos servidores com salários iniciais mais baixos, contribuindo para a redução dos gastos com pessoal.

Além disso, o controle interno realizou um levantamento completo de todas as gratificações e vantagens percebidas pelos servidores, buscando soluções que não afetem drasticamente a dignidade pessoal dos servidores afetados. Estas e outras medidas serão discutidas ao longo de 2025, com o objetivo de garantir que o índice de gastos com pessoal volte a estar dentro dos limites legais.

Portanto, concluímos que os esforços para reequilibrar as finanças do município e reduzir os gastos com pessoal estão surtindo efeito. A administração está comprometida em manter a transparência e a responsabilidade fiscal, e continuará a trabalhar para garantir a saúde financeira do município.

ESTE É O RELATÓRIO

Campo do Brito/SE, 31 de março de 2025.


José Enaldo Dantas dos Santos
Secretário de Controle Interno